



*Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas
de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro
Relatório Final*

1ª Edição

MINISTÉRIO DA CULTURA
Brasília - DF - 2012

© 2012 Ministério da Cultura

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Tiragem - 2.000 exemplares

Elaboração, Distribuição e Informações:

MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural

SCS, Quadra 09, Lote C, Torre B - 9º andar

Ed. Parque Cidade Corporate

CEP: 70.308 - 200, Brasília - DF

Tel: (61) 2024-2778

E-mail: gabinete.scdc@cultura.gov.br

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Edição: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Produção-Executiva: Danielle Paes Gouveia

Atualização e revisão dos textos institucionais:

Giselle Dupin

Pedro Domingues Monteiro Jr.

Sistematização e organização:

Josilene Brandão da Costa

Pedro Stenio Caroca da Silva Barreto

Ricardo Batista Antunes de Carvalho

Vanda Machado

Fotografia: Raoni Jardim

Identidade visual: Alessandro Naves Resck

Programação visual: Gráfica Brasil

Ficha Catalográfica

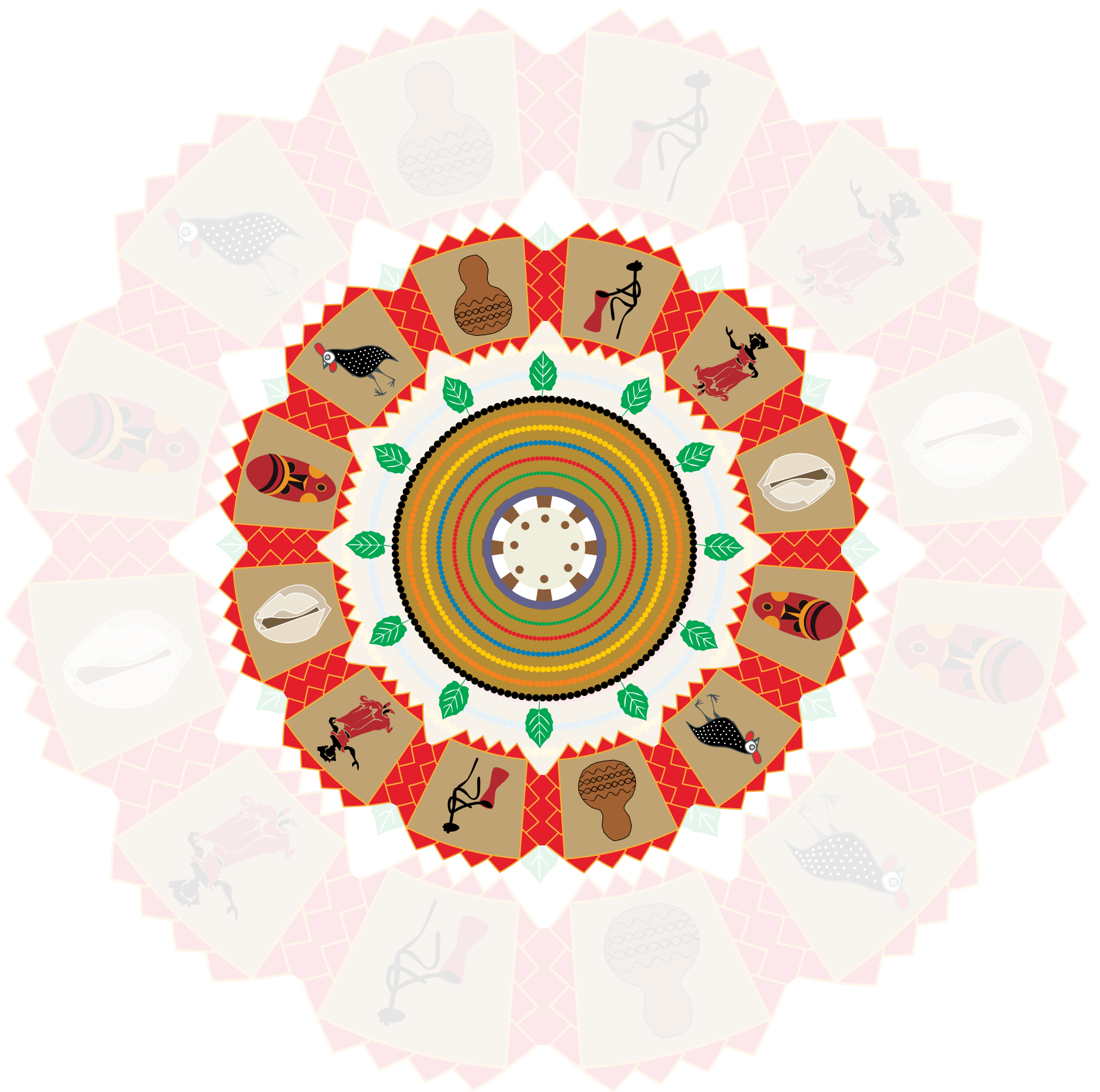
BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – 2012.

Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiros: Relatório Final. – Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

52 p.: Il.color.

ISBN: 978-85-60618-15-6

1. Política Cultural. 2. Povos Tradicionais de Terreiros.



FICHA TÉCNICA

Organização da Oficina Nacional de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro - 28 a 30 de novembro de 2011, São Luís, Maranhão

Comissão Nacional de Organização da Oficina Nacional de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro (instituída por meio da Portaria n.º 28, de 12 de agosto de 2011, alterada pela Portaria n.º 51, de 11 de novembro de 2011).

Representantes da sociedade civil

- 1) Nilcilene Barroso Matos - Acre
- 2) Eliana Santos Souza - Bahia
- 3) Luiz Carlos Menezes Dantas - Bahia
- 4) Maria Lúcia Góes Brito - Bahia
- 5) Alexandre Silveira de Souza - Distrito Federal
- 6) Luzimar Brandão - Maranhão
- 7) Maria Venina Carneiro Barbosa - Maranhão
- 8) Paulo César Mendes - Maranhão
- 9) Antônio José Ferreira - Pará
- 10) Oneide Monteiro Rodrigues - Pará
- 11) Maria Elizabeth Santiago de Oliveira - Pernambuco
- 12) Lúcia Maria Crispiniano da Silva - Pernambuco
- 13) Aderbal Moreira Costa - Rio de Janeiro
- 14) Márcia Dória Pereira - Rio de Janeiro
- 15) Valmir Ferreira Martins - Rio Grande do Sul
- 16) Vilma Santos de Oliveira - Santa Catarina
- 17) Alessandra Regina Gama - São Paulo
- 18) Paulo César Pereira - São Paulo
- 19) Maristela Tomás dos Santos - Sergipe

Representantes governamentais

- 1) Márcia Helena Gonçalves Rollemberg - Presidente da Comissão - Titular da Secretaria da Cidadania Cultural/MinC
- 2) Pedro Domingues Monteiro Júnior - Suplente da Secretaria da Cidadania Cultural/MinC
- 3) Josilene Brandão da Costa - Titular da Secretaria da Cidadania Cultural/MinC
- 4) Silvany Euclênio Silva - Titular da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- 5) Nilo Sérgio Nogueira - Suplente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- 6) Alexandre da Anunciação Reis - Titular da Fundação Cultural Palmares
- 7) Edi Freitas de Paula - Suplente da Fundação Cultural Palmares
- 8) Desireé Ramos Tozi - Titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 9) Cláudia Marina de Macedo Vasques - Suplente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 10) Jeovah Silva França - Titular da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA)
- 11) Sebastião Cardoso Junior - Suplente da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA)

Equipe de produção

Julia Costa Tolentino
Deborah Maria Garcia Lobo
Ana Cecilia Paranaguá Fraga
Helen Clara Dieb Abreu
Pedro Stenio Caroca da Silva Barreto
Raoni Machado Moraes Jardim
Ricardo Batista Antunes de Carvalho

Relatoria

Alessandra Martins
Izaurina Nunes
Maíra Azevedo
Morena Salama
Verônica Maria da Silva Gomes
Alessandra Gama
DesireéTozzi

Consultoria

Vanda Machado

Sumário

Apresentação.....	7
Introdução.....	9
Os Povos Tradicionais de Terreiro.....	11
Povos de Terreiro: expressões do patrimônio imaterial, histórico e cultural do Brasil	13
Patrimônio Cultural Imaterial	17
Comissão Nacional de Povos Tradicionais de Terreiro.....	18
AFRICA-BRASIL: a herança ancestral de um povo.....	21
O fazer do Omolocum e a elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos de Terreiro	23
Metodologia /Texto Base	24
Conferência livre da Juventude de Terreiro - Resultados.....	43
Carta dos Povos Tradicionais de Terreiro	45
Fala do babalorixá Ajalá Deré, Ruy Póvoas	47
Axé!.....	49
Galeria de Imagens.....	50



Apresentação

O relatório final da Oficina Nacional de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro, realizada de 28 a 30 de novembro de 2011 em São Luís, Maranhão, sob a coordenação da Secretaria da Cidadania Cultural (SCC/MinC), no âmbito dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural, e em parceria celebrada entre a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) e a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão (SEIR/MA) é fruto do diálogo entre os movimentos sociais dos povos tradicionais de terreiro e o poder público. A publicação apresenta os resultados da Oficina com as proposições e subsídios para elaboração de políticas de cultura para o segmento a partir dos debates realizados no Grupos de Trabalho e plenárias, com a sistematização das propostas, encaminhamentos e proposição de parcerias para sua execução, relacionadas com as metas do Plano Nacional de Cultura, trazendo elementos para um plano de ação conjunto entre os órgãos envolvidos na realização da oficina e instituições afins.

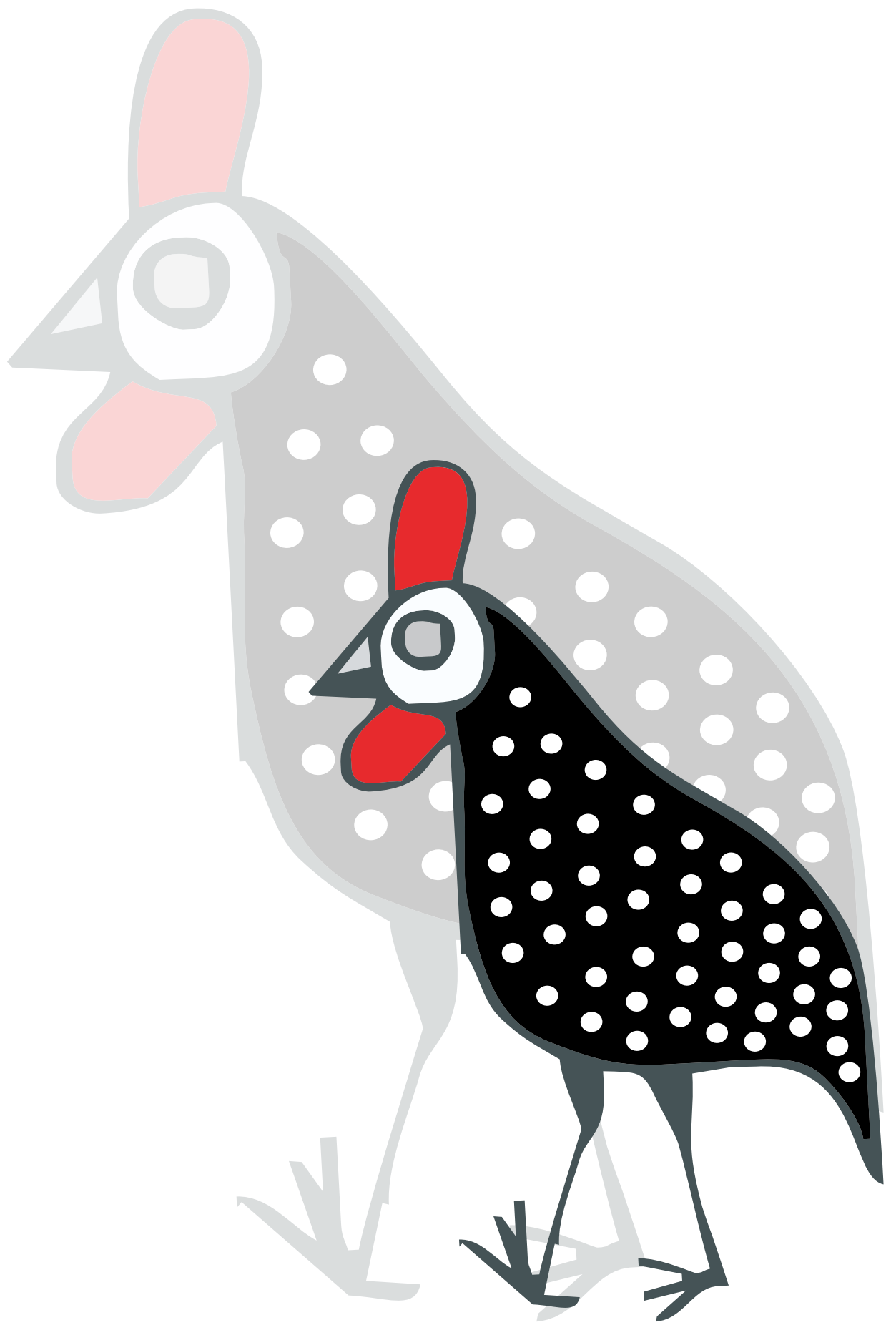


Mitos de origem africana e a ideia do nascimento das Políticas Públicas

“Contam os mais velhos, que em tempos remotos, somente Ossain tinha o poder e o conhecimento das folhas. Ossain guardava o segredo de todas as curas numa grande cabaça pendurada no galho mais alto de uma árvore. Lá ficava o segredo de todas as folhas e de todas as curas. O seu poder absoluto estava garantido. Um dia, Iansã chamou Xangô e conversaram sobre o poder de Ossain. Por que não compartilhar o que era imprescindível para o bem estar de todos? Marcaram hora e lugar para uma conversa com Ossain. O encontro aconteceu pontualmente e a concentração foi bem embaixo da árvore do conhecimento das folhas.

Iansã, que possui a energia dos ventos, iniciou uma dança embaixo da árvore que guardava o segredo de Ossain. Ela foi girando cada vez mais rápido para chamar atenção para aquele interesse de todos.

Ela dançou girando com tanta força que toda a natureza foi se transformando. Iansã produziu tanto vento que a cabaça do segredo começou a balançar até se chocar contra o tronco e se partir, deixando cair as folhas que foram colhidas por todos e todas que passaram, assim, a ter o direito indistintamente de usar as folhas que curam e alimentam.



Introdução

A primeira Oficina Nacional para Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro foi uma realização do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Cidadania Cultural, atual Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Teve como parceiros: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Estado de Cultura do Maranhão, a Secretaria de Estado de Igualdade Racial do Maranhão, e a Fundação Municipal de Cultura de São Luís. Também compôs a programação da Oficina a realização da Conferência Livre da Juventude de Terreiro.

Durante o evento, gestores, convidados africanos, lideranças dos Povos Tradicionais de Terreiro, acadêmicos, políticos, estudiosos e militantes do movimento social negro tiveram a oportunidade de trocar experiências e saberes culturais, conhecendo e reconhecendo a cultura afro-brasileira e africana por meio de algumas de suas manifestações mais profundas. Os conhecimentos, valores, danças, ritmos, tambores, músicas, cantos, poesias, comidas, ervas, aromas, celebrações, devoções, o respeito aos mais velhos e às identidades. Tudo isso faz parte das práticas dos Povos Tradicionais de Terreiro e está na base da cultura brasileira.

Este processo possibilitou aos participantes apresentarem suas demandas e dialogarem com os gestores públicos. Para o Ministério da Cultura, se caracterizou como um rico aprendizado de escuta para a elaboração de políticas culturais para os Povos de Terreiro.

Importante destacar que esta Oficina se alinha às diretrizes da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Unesco em 2005, da qual o Brasil é signatário e membro do Comitê Intergovernamental (até junho de 2013). Ao reconhecer a importância dessas comunidades e dos seus conhecimentos como fonte de riqueza material e imaterial, o país fortalece a cooperação internacional, regional e nacional como forma de promoção da diversidade das expressões culturais, e reitera sua concepção da diversidade cultural como pilar para o desenvolvimento do país e da cidadania de uma nação.

A Oficina alinha-se também ao Plano Nacional de Cultura, principal instrumento do Ministério da Cultura para a implementação de diretrizes e metas, e ao Decreto nº 6040/2007, marcos legais que determinam a necessidade de “realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades



tradicionais". Diante desse desafio, a primeira Oficina Nacional para Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro se constitui como um marco inicial no campo da política pública de cultura para que o Estado Brasileiro efetive avanços na garantia dos direitos culturais de uma preciosa parte da população brasileira.

10



Cortejo de abertura da Oficina, São Luís - MA.

Os Povos Tradicionais de Terreiro

A diversidade cultural deixou de ser apenas uma característica essencial da humanidade, para tornar-se, nos últimos anos, uma condição indispensável para a plena realização do desenvolvimento social, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais. O mais recente destes é a Convenção Internacional sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais adotada na Unesco, em 2005, que celebra, em seu preâmbulo, a importância da diversidade cultural para a coesão social em geral, lembrando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades.

No Brasil, essa diversidade apresenta uma contribuição expressiva e determinante das expressões culturais de matriz africana na sociedade. Jongo, Samba de Roda, Baianas de Acarajé, Tambor de Crioula, Coco de Umbigada, Maracatu, Capoeira etc. Felizmente, já se começa a perceber o valor de expressões culturais como estas e muitas outras, algumas já sendo reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro. É importante lembrar que muitas dessas manifestações culturais afro-brasileiras nasceram das práticas religiosas, mais especificamente nos terreiros e essa origem deve ser devidamente reconhecida pela sociedade brasileira. Apesar disto, essas tradições culturais encontram-se, em sua maioria, alijadas das políticas públicas.

Consideram-se tradições de matriz africana todas aquelas manifestações culturais em que seus principais portadores foram trazidos da África e seus descendentes mantêm práticas ritualísticas, orientadas e reconhecidas pela ancestralidade, tais como: línguas, mitos ou tradições. Tais tradições apresentam certas peculiaridades porque as exigências de utilização de espécies da fauna e da flora, bem como o acesso e a preservação dos recursos naturais são partes fundamentais do culto aos orixás, voduns, inkices, caboclos e encantados.

“Conta-se que Zambi, antes de enviar homens e mulheres para o mundo, estendeu um grande pano no chão, arrumou tudo de bom e tudo de ruim que encontrou pela frente, arrumou todos os males e todas as doenças e todas as curas, prendeu as quatro pontas do pano como um grande pacote, e jogou para que tudo fosse espalhado no mundo. Todas as pessoas teriam o direito a tudo que existisse sobre a terra. Zambi não fez distinção nenhuma. Assim nasceu o mundo diverso e plural. O mundo repleto de problemas e de soluções.”



Os chamados terreiros são territórios sagrados para os povos de matriz africana. Nesses espaços encontra-se resguardada a maior parte da história da cultura negra no Brasil. Trata-se de espaços de acolhimento e resistência que deflagram a expressividade sobre os aspectos rituais, míticos, religiosos, sociais e culturais, onde as comunidades praticantes se reúnem, convivem e trabalham sob o poder central das divindades que realizam a ligação entre o sagrado e o humano. Os terreiros também são chamados de Casa, Ilê, Axé, Tenda, Salão ou Roça. Além de suas funções religiosas, essas casas são importantes também por sua contribuição para a promoção de coesão social, da sustentabilidade e da saúde psíquica das comunidades onde estão situadas. O artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal, resguarda a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença, e assegura o livre exercício dos cultos religiosos, além de garantir a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Ao fazer referência à proteção religiosa, a Constituição não exclui, respeitando o princípio da igualdade, nenhuma das religiões praticadas no território nacional, visto que se traduzem em bens de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória de grupos formadores da sociedade brasileira.

Atento a todas estas questões, o Ministério da Cultura vem desenvolvendo políticas de cultura para os segmentos sociais historicamente excluídos das políticas públicas, buscando promover e apoiar as manifestações culturais integrantes da diversidade cultural brasileira. Neste sentido, o MinC vem mantendo diálogo com vários segmentos da sociedade civil, responsáveis por manifestações culturais específicas, procurando fomentar seu protagonismo, de modo a elaborar suas políticas de forma democrática.

Ao voltar-se para as manifestações culturais de matriz africana, o Ministério, por meio da Secretaria da Cidadania Cultural, propôs a realização desta oficina nacional com o objetivo de aprofundar o diálogo com os Povos Tradicionais de Terreiro. O evento proporcionou espaços de exposição, debate e proposição, nos quais as lideranças de todo o país puderam discutir políticas culturais específicas para o segmento, além de contribuir para garantir e fortalecer suas expressões culturais e o exercício da cidadania cultural. Isto foi realizado por meio da indicação de diretrizes e ações de fomento, difusão, proteção do patrimônio, promoção de visibilidade, potencialização da produção e difusão das manifestações culturais e artísticas de Comunidades Tradicionais de Terreiro de todo o país.

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Ministério da Cultura

Povos de Terreiro: expressões do patrimônio imaterial, histórico e cultural do Brasil

Agô nilê !!! (licença para entrar na sua casa)

A Fundação Cultural Palmares, instituída por meio da Lei 7.668 de 22 de agosto de 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, tem por missão “Promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra, visando à inclusão e ao desenvolvimento da população negra no Brasil”.

A Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro, realizada na capital maranhense teve o êxito e protagonismo das casas/terreiros de religião de matriz africana, tendo em vista a implementação de políticas públicas culturais, com destaque para o patrimônio histórico, imaterial e cultural brasileiro, legado deixado pelos ancestrais africanos.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”¹

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que gera um sentimento de identidade e continuidade, e contribui assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A importância de proteger, preservar, valorizar, reconhecer e viabilizar mecanismos de divulgação da herança africana e afro-brasileira enquanto elementos fundamentais da nossa cultura, contribui para o entendimento da formação da sociedade brasileira, tanto quanto possibilita o resgate e a atualização da identidade cultural e social, aliados à valorização da memória de um



Disponível em www.iphan.gov.br.

povo que resiste há quatro séculos. Trata-se de considerar aspectos históricos, sociais e culturais quando da presença da(o)s primeira(o)s negra(o)s, vindo(a)s da África que, muito embora tenham sido reis e rainhas, príncipes e princesas junto às suas tribos/comunidades/etnias, eram obrigados a contornar a “Árvore do esquecimento”. Ou seja, retrata-se aqui uma época onde antigos traficantes de escravos buscavam formas de minimizar ou dizimar elementos oriundos das diversas etnias africanas por meio da “morte da memória coletiva” de cada grupo, marcada tanto pela travessia do Atlântico nos navios negreiros quanto pelas tentativas de perda de suas identidades, memórias, religiosidades, fé, legados estes herdados de suas tribos por meio dos orixás, nkisi, voduns e eguns.

A diáspora dos povos negros no Brasil retrata as adversidades contidas em suas trajetórias desde suas capturas, durante a travessia dos navios e, ao chegarem em terras brasileiras, alocavam-se, enquanto escravos, junto ao comércio, onde eram vendidos como mercadoria nos principais portos (Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, dentre outros), separados de suas famílias, batizados com outro nome, colocados com outros escravos de etnias distintas, e proibidos de professar a sua fé e religião.

A oralidade é um fator imprescindível para os terreiros/casas de matriz africana, pois foi a estratégia usada por seus ancestrais para manter viva a tradição, a memória, a identidade e a cultura. As lideranças que detêm esses conhecimentos tradicionais, os saberes, fazeres e as formas de expressão, nas casas e terreiros de matriz africana, são consideradas um patrimônio vivo, por conhecerem a trajetória história e fundamentos de seus terreiros. Dessa forma, constituem parte do patrimônio imaterial brasileiro.

Os terreiros de candomblé, angola, umbanda, caboclos, encantados, eguns, batuque, casas/terreiros de Xangô, as casas de nação, as roças, dentre tantas outras denominações que determinam o universo religioso de matriz africana no Brasil, constituem categorias utilizadas pelos mesmos para determinar diferenças e semelhanças entre si, da mesma forma que definem as diferentes linhas da religiosidade afro-brasileira.

Pode-se dizer que tais denominações designam cada uma das identidades sociais destes grupos, marcadas a partir de elementos culturais e étnicos constituídos no decorrer da trajetória social das populações negras cuja origem africana e escrava demonstra muito do que hoje pode-se entender da lógica utilizada pelos religiosos de matriz africana ao se auto-definirem.

Perguntar a um dos religiosos qual sua linha, ou mesmo sua tradição, significa evidenciar toda uma rede de elementos contidos na história do terreiro, que vai desde seu mito de origem até a forma como puderam resistir a um sistema que o exclui socialmente. Os povos indicam a presença de mais de uma nação ou sociedade marcada por diferenças entre grupos diante de um mesmo contexto. Por outro lado, designam também semelhanças quando somados ao termo terreiro, o que pressupõe uma ligação com a história comum aos grupos religiosos afro-brasileiros perante as demais religiões, conferindo-lhes uma identidade própria.

A continuidade de suas práticas tradicionais pode ser entendida a partir de cada situação de conflito e/ou contato diante de grupos diferentes, religiosos ou não, em que o pertencimento e a solidariedade entre seus membros fazem com que sejam atualizadas e constituídas suas fronteiras, internas e externas. As referências feitas à “resistência” de tais grupos no decorrer da história indicam claramente como e porque hoje podemos nos valer de tais conhecimentos tradicionais junto às práticas exercidas e contidas na cultura brasileira. Contudo, vale ressaltar que, para além da influência da religiosidade afro-brasileira sobre nossa cultura, há um aspecto a ser considerado no que tange a sua atuação política e social.

Falar hoje em povos de terreiro ou religiões de matriz africana significa considerar todo um contexto de reconhecimento por parte do Estado brasileiro, em meio às lutas do povo de terreiro para sua continuidade e inserção social.

Inseridos no universo de povos e comunidades tradicionais no Brasil, os povos de terreiro configuram expressões culturais e sociais de maior relevância enquanto portadores de valores, cosmovisões e tradições próprios dos contextos “sincréticos”² dos quais são originários. Entendidos enquanto patrimônio material e imaterial, englobam práticas tradicionais que conformam e explicam muito do modo de ser e agir da sociedade brasileira, tanto no que diz respeito à sua religiosidade quanto ao cotidiano de suas relações sociais marcadas pela diversidade de classe, diversidade étnica/racial, de gênero etc.

A importância da Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro extrapola os limites territoriais e físicos desses espaços sagrados, pois, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo a conceituação de Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais:

...são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territó-

²Sincretismo no sentido amplo do termo, não somente o uso direcionado à influência de uma religião sobre a outra, mas quando do convívio entre culturas em contextos diversos, como, por exemplo, o negro africano antes e após a chegada ao Brasil.

rios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Art. 3º do Decreto 6.040, de 07/2/07).

A relevância do patrimônio cultural brasileiro dessas casas/terreiros de matriz africana e afro-brasileira, refere-se também às ações/atividades internas ao grupo que desenvolvem práticas de cunho social e tradicional pautadas nas premissas religiosas, bem como princípios que vão desde sua ligação com a origem ancestral (africana), histórica (escrava) e social (religiosa). O envolvimento dos religiosos de matriz africana junto às políticas sociais adquire visibilidade por sua natureza e formas de interação com outros grupos sociais.

Importante, porém, notar que as atividades de cunho social não ocorrem dissociadas do calendário religioso, que engloba rituais sagrados e festivos. O caráter sagrado abarca boa parte do modo de vida dos religiosos de matriz africana, e está presente nas atividades mais simples da vida cotidiana de suas relações sociais, assim como na assimilação de um conhecimento específico contido em cada uma de suas expressões, e sabiamente transmitido ao longo das gerações por meio do “segredo”. Um segredo hoje considerado pelos povos de terreiro como o poder do qual se valeram para que seus mais preciosos valores fossem, assim, entendidos e conhecidos de forma a valorizar sua existência e ancestralidade.

A biodiversidade é a essência da religião de matriz africana, pois os elementos da natureza são essenciais e repletos de energia, “kossiewê, kossiiná, kossiomi, kossiaiê, kossiotá, kossi orixá”, “sem as folhas, fogo, água, terra, pedra, não existe orixá”. Elementos fundamentais ao culto dos orixás são os Nkisi, voduns, encantados, caboclos e ancestrais, pois o conhecimento tradicional associado à utilização dos saberes e fazeres, adquiridos por gerações, também faz parte desse patrimônio cultural brasileiro.

Promover a preservação dos valores sociais, econômicos e culturais decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, faz parte das atribuições desta Fundação. Dessa forma, esse mapeamento contribuirá, primeiramente, para a identificação, divulgação e reconhecimento das religiões de matriz africana e dos povos de terreiro e, posteriormente, na viabilidade de proteção e preservação desse patrimônio material e imaterial pertencente à cultura brasileira, legado dos nossos antepassados. Temos como meta contribuir na construção de um novo olhar voltado para as futuras gerações, por meio da educação de crianças, jovens e adultos, tendo como referência o respeito à diversidade cultural e social em oposição a toda forma de intolerância e consequente discriminação, seja de natureza religiosa, racial, de gênero, geracional ou de classe.

Fundação Cultural Palmares
Ministério da Cultura

Patrimônio Cultural Imaterial

Foi próspero o convite para o IPHAN integrar a Comissão Nacional de Organização da Oficina Nacional de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro, uma vez que vislumbrou-se a oportunidade de associar a experiência acumulada de patrimonialização de bens culturais de matriz africana com as demandas e expectativas dos povos e comunidades tradicionais de terreiros pelo reconhecimento e valorização de seu patrimônio cultural como objeto das políticas públicas.

A Oficina é um espaço privilegiado para o recolhimento de informações para subsidiar a elaboração de uma agenda de trabalho com os povos e comunidades de terreiro, permitindo a consolidação de uma política pública para o patrimônio cultural, de caráter participativo, que responda à dinâmica e à tradição que norteiam a organização desses grupos.

A tarefa de se debruçar sobre as demandas sistematizadas nos Grupos de Trabalho da Oficina trouxe uma reflexão sobre o trabalho a ser realizado pelo IPHAN, em parceria com as comunidades e povos de terreiro, para possibilitar a ampliação do acesso às políticas de preservação do patrimônio cultural de matriz africana, uma vez que o reconhecimento do valor cultural desses povos é muito recente e requer um recíproco entendimento dos papéis políticos e sociais a serem construídos.

Como primeira ação, fundamentada nos resultados obtidos nos debates da Oficina, o IPHAN está construindo um projeto com terreiros tombados em âmbito federal para a construção de uma metodologia de preservação da memória e de salvaguarda dos bens culturais pertencentes aos povos de terreiro, estruturado com base nos pressupostos e questões levantadas pelos representantes das muitas casas presentes no evento, porta-vozes das diversificadas tradições das casas de culto de matriz africana no Brasil.

O caminho para o alcance das metas da Oficina é longo, já que parte das propostas encaminhadas aos órgãos federais de cultura requer a efetiva mobilização e participação da base social, pois os instrumentos de gestão do patrimônio cultural se efetivam a partir da criação de demandas e construção de canais de interlocução da sociedade com as Superintendências do IPHAN nos estados da Federação.

Assim, espera-se que as questões levantadas nessa Oficina sejam um estopim para a efetiva construção de espaços e fóruns de gestão de políticas públicas de cultura para povos e comunidades tradicionais de terreiro.



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura

Comissão Nacional de Povos Tradicionais de Terreiro

“Sonho com o dia em que todas as pessoas levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos.”

Nelson Mandela

18

Na II Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, reuniram-se Delegados e Delegadas eleitos/as nas Conferências Setoriais de Cultura Afro-Brasileira realizadas pela primeira vez por 10 Estados da União, e Povos de Matriz Africana, representando outros segmentos e linguagens artísticas. Compareceram grupos da Capoeira, Jongo, Afoxé e de várias outras expressões da cultura negra, mas a maior parte dessa delegação era formada por pessoas que, além de agentes, gestores e empreendedores culturais, também são lideranças religiosas, Babalorixás e Iyalorixás, Olòiyès, Ogãs, Ekedes, Ebomes, Iyawòs, mas não somente esses; estavam, também, Mametus e Tatetus, Nenguas, Makotas, Tatas, Dotés e Donés, todos representantes de terreiros/ casas de tradições de matriz africana de todas as regiões do país, que alcançaram essa representação por seu ativismo sociocultural junto às suas comunidades.

Gente de Ketu, Angola, Ijexá, Gêge, Vodun, Katissu, Efon, Umbanda, Xambá, Batuque, Omolocô, Terecô, Tambor de Mina, Yorubá, Culto a Ifá, a Egungun, a Iyami, a Orixá, da Nigéria e do Benim, dentre outros, reuniram-se e decidiram labutar coletivamente em torno de um sonho maior que qualquer nação: o sonho por respeito a todas as nações afro-brasileiras, um sonho de cidadania para a nação brasileira!

Não foi, de fato, tudo como planejamos. Tivemos que enfrentar a burocracia excessiva do Estado, mas também nos adaptar aos trâmites legais e técnicos, para conseguir realizar essa oficina com o alto nível de informações e da participação qualificada de “gente de Axé”! Conseguimos reunir num documento nossas prioridades enquanto políticas públicas de cultura, que garantissem o registro, a salvaguarda, a promoção e a divulgação da cultura negra e das tradições ancestrais que nos são sagradas. Para que esse sonho torne-se realidade e deixe de ser apenas “um sonho”, é necessário que o Estado Brasileiro reconheça, respeite e promova políticas públicas para os Povos Tradicionais de Terreiro, historicamente excluídos, apesar da sua inegável contribuição histórica e contemporânea, principalmente à Cultura deste país.

Foi na tentativa de concretizar esse sonho, que esta Comissão participou de várias reuniões, discussões, consultas e eventos, de março de 2010 a novembro de 2011, junto à equipe da Secretaria da Cidadania Cultural - SCC/MinC, hoje Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC, das Secretarias e Instituições Vinculadas ao MinC, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, da Secretaria de Articulação Institucional da Presidência da República, dentre outras, com a finalidade de realizar a primeira ausculta nacional do Ministério da Cultura aos Povos Tradicionais de Terreiro do Brasil.

Longe de alcançar todas as nossas questões pendentes com o Estado Brasileiro há mais de 500 anos, a Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro, realizada no Maranhão, garante um marco histórico, pois temos aí prioridades definidas em discussão democrática, legítima e representativa de uma parcela importante das lideranças de comunidades religiosas de matriz africana do Brasil. É preciso juntar essas prioridades e levá-las para que os sacerdotes e adeptos dos terreiros/templos conheçam, discutam e defendam junto às suas comunidades, governantes e representantes políticos.

Não vamos, aqui, citar nomes para não incorrer no grave erro do esquecimento, dentre tantos nomes importantes que contribuíram para que esse dia chegasse. Há a Portaria onde constam os nomes oficiais dos membros desta Comissão, que são apenas os representantes que o recurso público e



Aqui estamos nós, Povos Tradicionais de Terreiro e o Poder Público, na busca de soluções, reconhecendo:

“Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”

(Art. 3º Para os fins do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007)

a disponibilidade pessoal permitiram participar mais ativamente desse processo, porém, esse grupo é muito pequeno diante da quantidade de pessoas que esse sonho uniu, indelevelmente. Representantes estes que agora têm o dever e a alegria de apresentar aos seus representados o resultado do investimento de tanto tempo e confiança, para os quais, apresentamos nosso “muito obrigado”!

Faz-se necessário ressaltar a importância desta comissão continuar seu trabalho, garantindo o controle social dessas prioridades para a definição de nossos anseios coletivos, para que, juntos, possamos reivindicar do Estado Brasileiro nosso sonho de cidadania, um sonho que poderá ser concretizado, em grande parte, em forma de políticas públicas de Cultura e de promoção da igualdade racial para os Povos Tradicionais de Terreiro no Brasil, garantindo a manutenção das tradições ancestrais, sagradas, constantemente ameaçadas pela sanha do fundamentalismo.

Axé pra quem tem fé!

Comissão Nacional de Povos Tradicionais de Terreiro



Solenidade de abertura da Oficina, São Luís - MA.

AFRICA-BRASIL: a herança ancestral de um povo

Igbín o pinle aro ni dida
 Afeebojo ko pile aran ni wiwa
 Ko si eyan togboju fifo le adie agada
 Tani o gboju yiyan le Alagemo
 O de ire
 O rin re
 O mo irin aroko rin lese
 Won sese ko ohun oro sile lo wo ilê de
 O wo le de bi Omo olohun
 O kii se Omo olohun
 Irin aroko ni o mo rin lese
 Difa fun Ajoji Godogbo
 Ti n lo re j'oba l'ode Ibini
 Wa ba wa tun ile yi se
 Iwo Ajoji Godogbo
 Wa ba wa tun ilê yi se



"Esta semente nativa que prometia tão pouco nas mãos de seus usurpadores, agora acaba por florescer em terras diferentes"

Que a parte subterrânea de uma planta é a raiz não é novidade - a semente que se transformou em tal planta é o que, talvez, necessite a atenção e carinho. África plantou suas sementes que germinaram e floresceram em todo o mundo em várias ramificações. Essas mesmas sementes foram trazidas para o Brasil brotando uma nova família de nobres descendentes africanos. Culturas, arte, religião e costumes, entre outros são algumas das melhores manifestações que hoje permeiam neste novo mundo.

A Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro, promovida pelo Ministério da Cultura, foi um evento único, que visava criar um terreno fértil

para a preservação e manutenção da cultura afro-brasileira, especialmente para capacitar e envolver as comunidades tradicionais. Uma vez que a cultura negra no Brasil está enraizada na cultura Africana - a participação de uma delegação de autoridades religiosas do povo yorubá da Nigéria e do culto aos voduns do Benin nesta oficina foi importante para o fortalecimento dos laços culturais existente entre o Brasil e o continente africano.

O Instituto de Arte e Cultura Yorubá - MG foi um parceiro na mobilização de representantes dessas tradições e sentiu-se honrado em participar deste evento onde as pessoas de comunidades tradicionais tiveram a oportunidade de participar e contribuir efetivamente para a formação de políticas públicas de cultura que lhes concernem no país. É importante mencionar que o evento foi um sucesso!

Olúségun Michael Akínrúlí
Presidente do Instituto de Arte e Cultura Yorubá - MG



O fazer do Omolocum e a elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro

A cozinha dos terreiros é um lugar onde têm início todos os rituais. A entrada é parcimoniosa até ganhar-se o direito de participar, como uma conquista. Na cozinha aprendem-se os primeiros fundamentos da religião. A conversa é respeitosa e mediada pela presença imprescindível das mais velhas, que criam intervalos para brincadeiras e boas risadas. A alegria importa para a celebração dos rituais na comunidade. Wilson Caetano, antropólogo e babalorixá baiano, disse, um dia: *Uma coisa é fazer feijão com azeite, outra coisa é fazer omolocum*. Omolocum é a principal comida que se oferece a Oxum. Para fazer feijão com azeite é só ir ao supermercado, comprar os ingredientes, lavar e cozinhar, e está pronto. Mas, para fazer Omolocum é diferente. A mesma comida oferecida para as entidades é servida para todas as pessoas indistintamente. É alimento que serve para renovação do corpo e o espírito. O feijão deve ser separado grão por grão, escolhendo-se o que é absolutamente saudável. Depois se lava com muita água. É preciso tirar tudo que não se transforma em alimento. O camarão deve ser limpo com cuidado, para retirar o que pode machucar durante a ingestão. Todas as pessoas devem ser servidas do mesmo alimento, na mesma quantidade. Nada de mais, nem de menos. Tudo deve ser comprado nas feiras. Na feira não há pacotes prontos. Nada pode ficar escondido ou camuflado. Os pacotes enganam os olhos e qualquer desatenção pode produzir resultados desastrosos. Tudo tem que ser visto e revisto cuidadosamente para bem alimentar o coletivo. Toda atenção é pouca para cada ingrediente. Coisas velhas guardadas nos fundos das gavetas não podem fazer bem ao paladar. Cuidado, só se junta o que é para ser juntado.

Foi desse jeito de fazer comida que nasceu a inspiração da metodologia para a oficina: assim ficou compreendida a ação desejada, com *diálogo, respeito e atenção* para a fala na Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro, que possuem uma visão de mundo guiada pela ancestralidade comum.

A lição vem da cozinha dos deuses e das deusas.

É a lição da atenção, da escuta, das escolhas das palavras e dos argumentos.

A lição do diálogo democrático e da inclusão de novas ideias.

Ideias objetivas para o bem comum.

Na cozinha dos deuses e das deusas não há medidas nem balança.

Prevalece o bom senso e a temperança.



Metodologia/Texto Base

“Conta-se que um dia Xangô, o rei de Oyó, convidou os orixás para uma festa. Havia muita fartura e todos estavam muito felizes. No meio da festa, eles se dão conta da ausência de Omolu. Ele não havia sido convidado. Temendo que este ficasse muito zangado, os orixás aceitaram a sugestão de Oxum e decidiram ir ao seu palácio, levando comidas e bebidas para continuar a festa. Todos foram pedir desculpas para fazê-lo esquecer a indelicadeza. Omolu aceita a homenagem, mas faz chamar o povo da sua cidade para participar daquela festa com ele.”

24

Esta história pode ser reveladora de um dos mais importantes princípios da cosmovisão africana, que é a perspectiva da existência comunitária a partir da relação entre sujeitos ou entre estes e sua comunidade. É a relação das pessoas como irmãs e irmãos, com famílias, suas tendas, terreiros e casa de santo. Destas relações diversas fazem parte a resistência e a consciência histórica que se revestem de formas semelhantes de solidariedade.

A metodologia foi especialmente criada para o encontro de religiosos e religiosas com a missão de promover a construção de diretrizes que integrem o conjunto de Políticas Públicas para Povos Tradicionais de Terreiro. Daí, buscamos um jeito de encontrar e dialogar inspirado nos mitos, nas vivências rituais e agregadoras, princípio básico dos terreiros, terreiras, tendas e centros. É o Estado assumindo a nação; isto é o reconhecimento e legitimação da pluralidade sociocultural que marca a identidade do povo brasileiro.

Para os Povos Tradicionais de Terreiro, os mitos não correm em um mundo paralelo ao nosso. Mitos, ciências, tradição, contemporaneidade, realidade e luta política se tocam e se imbricam como escama de um mesmo peixe.

É com esse sentimento que o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, junto com a Comissão Nacional dos Povos de Terreiro entendem esse momento como um marco histórico para o diálogo na luta pela inclusão e valorização dos povos afrodescendentes no Brasil.

De fato, a metodologia para efetivação dos trabalhos teve como fundamento a imprescindível consideração pela diversidade religiosa afro-brasileira nas suas peculiaridades.

Só a garantia do respeito às diferenças pode garantir que seja instituída uma política cultural coletiva para esse segmento, articulando saberes tradicionais e questões da contemporaneidade que atingem nosso povo em todas as suas dificuldades.

A história mítica afro-brasileira entra como aporte que nos auxilia na compreensão das incertezas que surgem no mundo fragmentado em que vivemos, e na transcendência da espiritualidade que fazem parte da experiência humana, apontando sempre para a perspectiva das políticas públicas para o século XXI.

O fato de iniciar o texto com uma história de origem iorubana não significa reduzir todas as etnias e todas as crenças e todos os povos a um só lugar. As múltiplas etnias aprisionadas nos navios negreiros, desconhecidas entre si, se encontraram como homens e mulheres desterradas, e se tornaram malungos unidos diante de um inimigo comum.

Com o tempo, o enfrentamento de muitas lutas foi agregando negras e negros das mais diversas etnias que se transformaram em irmãs e irmãos, comandantes de navios guerreiros ganhando o mundo e espalhando o desejo de liberdade e cidadania, vivenciando as suas culturas de origem, agregando respeito e dignidade.

Temos a consciência de que a espiritualidade transcende a nossa mera compreensão dos fatos vividos, individual ou coletivamente. Isso significa que o poder da tradição tem como fundamento o sentimento, as idéias e práticas de agregação que fortalecem nossa ancestralidade comum na busca da garantia.

Estamos diante de uma nova gestão à frente do Ministério da Cultura. E nesse momento as Comunidades Tradicionais de Terreiro são convocadas para a elaboração de Políticas Públicas de Cultura, tendo em vista garantir direitos culturais a partir de reflexões e debates sobre a diversidade, as necessidades e continuidades de práticas culturais agregadoras.

Cabe-nos, agora, elaborar um jeito para efetivar aquilo a que nos propomos e a consequente operacionalização do que será decidido coletivamente, considerando as diversidades culturais e as regionalidades deste país, que atinge uma dimensão continental. Os nossos diálogos serão distribuídos em Grupos de Trabalho definidos por temas de interesse.



Encontro na Casa das Minas, São Luís - MA.

Dinâmica dos GTs

Para o sucesso da Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro precisamos estar juntos e com alguns cuidados:

- Reunidos como cidadãos em busca de políticas públicas de cultura, é imprescindível compreender que são muitas as nossas identidades, mas que é possível haver unidade na diversidade. Todos devem ser ouvidos, observando-se o tempo e a objetividade no debate.
- Vamos trabalhar em GTs por uma questão metodológica, mas o que conta como fundamento é manter os laços ancestrais e conseqüente atenção com as questões do coletivo.
- Os GTs são formados por afinidades com a temática. Considerando o número de participantes, serão formados cinco GTs com 30 pessoas cada, com a possibilidade de subdividir os grupos que excederem esta quantidade.
- Serão distribuídas fitas coloridas correspondentes à cor de cada GT no ato da inscrição, para que as pessoas se identifiquem. Considerando que os GTs se reúnem em locais diferentes, será criada uma simbologia de identificação com chapéu de fita e estandarte (elementos do Bumba Meu Boi na tradição cultural maranhense) com as cores dos GTs para que as pessoas sejam conduzidas aos locais. Este é um momento de ajuntamento das pessoas de forma criativa e lúdica, em forma de cortejos, já que os locais dos grupos situam-se em várias ruas do centro histórico.
- Em cada grupo contaremos com um coordenador, um relator e convidados que disporão de 20 minutos para uma fala inspiradora, focando exatamente as questões do GT. Na prática, teremos as seguintes colaborações:
 - **Coordenador:** cumpre a função de expor a dinâmica e metodologia do Grupo de Trabalho, apresentando o cronograma e o objetivo final que é a produção de propostas de políticas públicas sobre o tema, com níveis de prioridade e direcionamento (se municipais, estaduais ou nacionais). Cabe ao coordenador permitir a fala e a contribuição de todos os participantes, evitando desentendimentos e constrangimentos de qualquer natureza.
 - **Relator:** exerce a função de relatoria de toda a dinâmica do Grupo, com registro dos temas debatidos e propostas levantadas. Ao final, o relator apresentará para aprovação do grupo as propostas finais, com os níveis de detalhamento e objetividade necessários a contemplar os interesses do Grupo. Caberá ao relator a leitura das propostas na plenária final.
 - **Fala inspiradora (20 minutos):** convidado a iniciar o debate com uma fala de motivação, trazendo palavras-chaves e aspectos pertinentes que não podem ficar de fora das discussões do Grupo. O convidado pode utilizar um exemplo ou experiência própria para tornar mais evidente a relevância do tema e a importância de políticas públicas

para este segmento específico. Cabe ao convidado respeitar o tempo máximo da sua fala inicial, e permitir a participação e contribuição de todos ao longo do debate.

Cada Grupo de Trabalho terá que produzir três propostas de políticas públicas, elegendo uma como prioritária.

As propostas devem trazer os seguintes aspectos:

- justificativa;
- objetivo;
- abrangência;
- público;
- estratégias de implementação;
- estratégias de acompanhamento;
- indicadores;
- parcerias.

Além disso, devem informar a qual esfera de poder se destina (prefeituras, governos e órgãos estaduais ou ministérios e instâncias do governo federal).

Para um resultado eficiente será realizada uma capacitação prévia das pessoas que atuarão nos GTs. Para tanto, será elaborado um guia de instruções e uma ficha padrão contendo as questões a serem elaboradas construídas pelos membros de cada GT. Na ficha constarão perguntas que nortearão a elaboração das propostas.

Os resultados dos GTs serão sistematizados e aprovados nos grupos. Após a apresentação na plenária serão homologadas as propostas e elencadas as prioridades apresentadas por cada GT.

As propostas comporão uma publicação final da oficina contendo relatos, imagens e textos que subsidiarão a atuação do Ministério da Cultura junto ao segmento dos povos tradicionais de terreiro.

GT- 1 – Eixo temático - Patrimônio cultural e direitos – (cor azul)

Fundamenta-se na ideia de proteção a todos os aspectos das expressões culturais, considerando as tradições, a memória e a oralidade. Entende-se que só será possível a salvaguarda do patrimônio cultural e a promoção dos direitos autorais coletivos com a proteção e a escuta dos mais velhos e dos mestres do saber.

Questões

- Tradições, oralidade e sustentabilidade da memória e referência histórica dos terreiros;
- Expressões culturais e conhecimentos tradicionais;



- Direitos autorais coletivos e propriedade intelectual;
- Inventário, registro e salvaguarda;
- Ancestralidade: proteção aos mais velhos e mestres do saber.

GT-2 - Eixo Temático – Fomento e Sustentabilidade (amarelo)

São muitos os desafios que já foram tencionados em debates constantes em todo o território brasileiro. O reconhecimento da importância das comunidades de terreiro não pode ser limitado ao campo simbólico. É necessário socializar a dinâmica econômica que torna sustentáveis essas práticas culturais e religiosas. Espera-se, portanto, a coerência e a consciência do significado da política pública a ser elaborada com a legítima presença das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Questões

- Acesso aos recursos e políticas públicas;
- Acesso aos mecanismos de fomento: editais de seleção pública e leis de incentivo;
- Autonomia e sustentabilidade das práticas religiosas e manifestações culturais.

GT-3 - Eixo temático – Direitos Civis e Culturais (lilás)

Essa é uma dimensão que se fundamenta no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos das Comunidades Tradicionais e devem se constituir como alicerce de sustentação da cultura nacional. A cultura nos terreiros se faz pelo entrelaçamento de múltiplos símbolos, valores e crenças ancestrais que devem ser respeitadas na interação com os mecanismos políticos legitimados pela sociedade e Estado brasileiros.

Questões

- Organização da sociedade civil dos terreiros;
- Organização dos terreiros para diálogo com o Estado e apresentação de suas demandas;
- Representação e representatividade dos terreiros nas instâncias de controle e participação social, a exemplo de conselhos e fóruns.

GT-4 - Eixo temático – Cultura e Comunicação (vermelho)

A re-existência dos princípios trazidos do continente africano revigora e mantém a continuidade da família ancestral na sua diversidade, e tem se firmado, criando redes e significados que variam em diferentes contextos históricos e geográficos do país.

Na contemporaneidade, as Comunidades Tradicionais de Terreiro devem ter acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para ampliar o alcance das conexões históricas de cuidado e solidariedade. Assim, saberes e práticas rituais podem alcançar distantes espaços geográficos e outras gerações.

Questões

- Uso de tecnologias como instrumento de circulação e disseminação das culturas tradicionais;
- Capacitação e acesso ao conhecimento e ao uso das tecnologias para registro e divulgação;
- Difusão e valorização de conteúdo plural nos meios de comunicação, com respeito à diversidade religiosa e aos saberes ancestrais.

GT-5 - Eixo Temático – Cultura, Saúde e Meio Ambiente (verde)

O terreiro, como espaço sagrado e de convivência, nasce como uma das possibilidades de reterritorializar culturas, refazendo a matriz cultural deixada no outro lado do Atlântico. Para as comunidades tradicionais a casa, as pessoas, as folhas, as fontes e os animais formam uma só energia com interações e cuidados semelhantes e imprescindíveis. Portanto, para esta religião de matriz africana, zelar pela natureza é fundamental para a preservação da saúde e da vida no planeta.

Questões

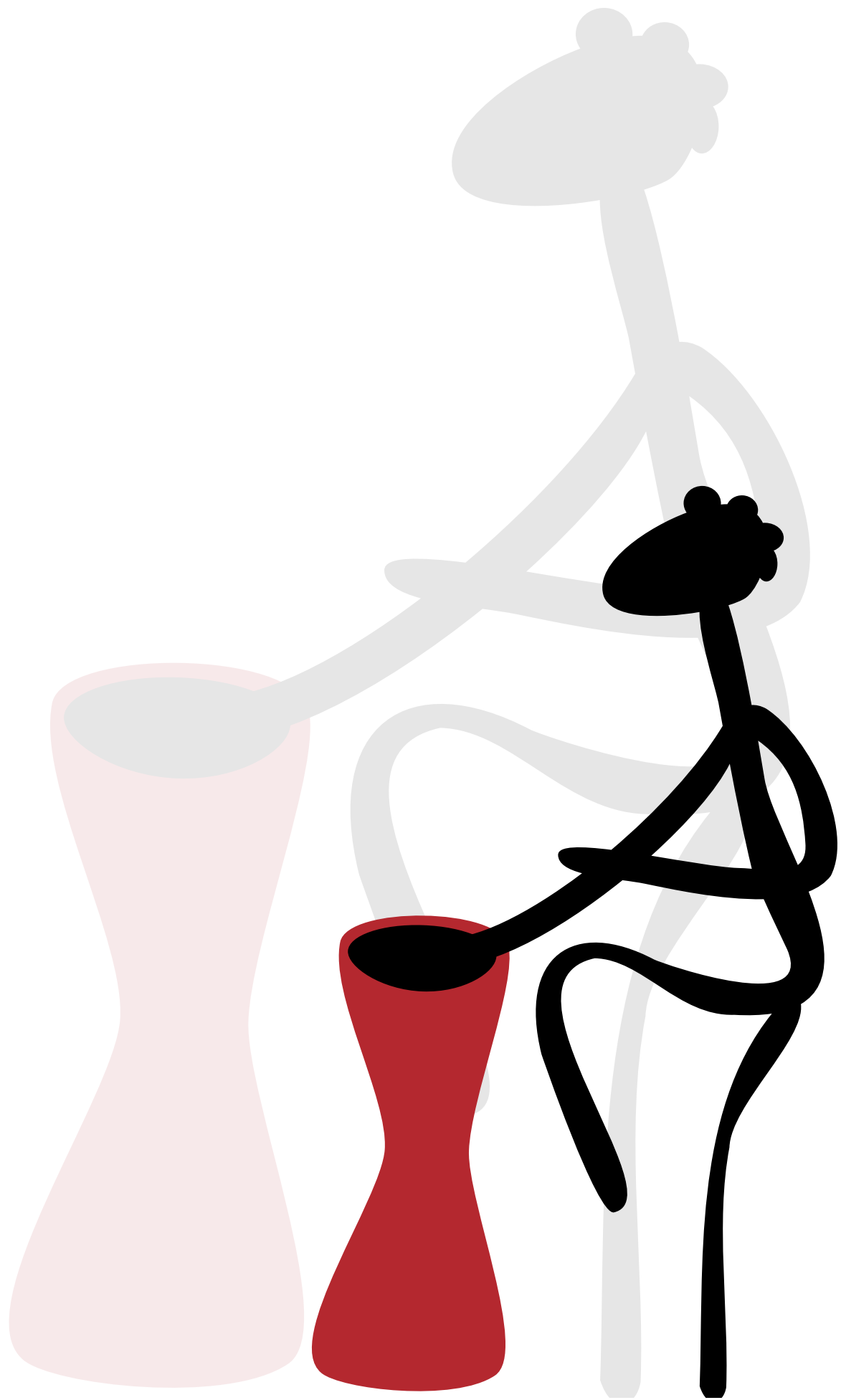
- Preservação e acesso aos recursos naturais para a manutenção das tradições nas suas práticas de cura e cuidados com a pessoa;
- Reconhecimento da visão de mundo dos povos tradicionais de terreiro e sua relação com a saúde e o culto aos elementos da natureza;
- Conhecimentos tradicionais como elemento cultural nas práticas de saúde dos povos tradicionais de terreiro.

A lição do terreiro é a do convívio entre diferentes porque seus princípios não se afastam da perspectiva da ancestralidade comum que é africana. Entende-se também a diversidade de terreiros como paradigma civilizatório, porque todos ali são acolhidos como grupos familiares que se encontram na sua dinâmica interrelacional.

Reiteramos que esse é o espaço onde o lugar, a pessoa e todos os elementos naturais, pertencem à mesma família. Terreiro, lugar que se derrama na sua prodigalidade em benefícios à sociedade que o desconhece na sua origem, o que dificulta a valorização dos seus princípios, valores e crenças.

Mas há de se reconhecer, finalmente, o terreiro como um lugar político de resistência e luta pela direito à sua própria identidade cultural e ampliação do seu espaço social.





Sistematização das Propostas dos GTs

GT 1 – EIXO TEMÁTICO - PATRIMÔNIO CULTURAL e DIREITOS

Fundamenta-se na ideia de proteção a todos os aspectos das expressões culturais, considerando as tradições, a memória e a oralidade. Entende-se que só será possível a salvaguarda do patrimônio cultural e a promoção dos direitos autorais coletivos com a proteção e a escuta dos mais velhos e os mestres do saber.

Questões

- Tradições, oralidade e sustentabilidade da memória e referência histórica dos terreiros;
- Expressões culturais e conhecimentos tradicionais;
- Direitos autorais coletivos e propriedade intelectual;
- Inventário, registro e salvaguarda;
- Ancestralidade: proteção aos mais velhos e mestres do saber.

PROPOSTAS	1. Instrumentos de Fomento para preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural dos Povos de Terreiro	2. Garantia de instrumentos de reconhecimento, proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural dos Povos de Terreiro
Qual o nome para a proposta?		
JUSTIFICATIVA Por que a proposta é importante?	O patrimônio cultural dos povos de terreiro tem sofrido perdas materiais e imateriais irreparáveis de seus referenciais históricos, nos símbolos de seus espaços sagrados e na figura de suas lideranças que, na idade avançada, morrem na invisibilidade e em situação de vulnerabilidade. A implantação de instrumentos de fomento urge garantir a curto, médio e longo prazo, a preservação e a salvaguarda dos saberes ancestrais dos povos de terreiro.	O reconhecimento de bens culturais que identificam os povos de terreiro como patrimônio cultural se constitui como ação de valorização das referências identitárias dos povos de terreiro e permite a difusão dos seus saberes e práticas culturais.
OBJETIVOS Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a sustentabilidade da memória e das ações de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural dos terreiros; 2. Difundir tradições, oralidade, referência histórica cultural dos terreiros, expressões culturais e conhecimentos tradicionais; 3. Criar fóruns de diálogo que fomentem a criação de instrumentos jurídicos de proteção de direitos autorais e propriedade intelectual para povos de terreiro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inventariar, registrar e salvaguardar as referências culturais dos povos de terreiro, compreendidas como modos de fazer, saberes, liturgias, expressões culturais, práticas alimentares e hierarquias estruturais; 2. Tombar os espaços sagrados e entorno das casas, bem como dos seus objetos e instrumentos fundantes; 3. Fomentar e implementar instrumentos para o reconhecimento dos mestres detentores do saber ancestral.
PÚBLICO Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?	<input checked="" type="checkbox"/> Infância e juventude <input checked="" type="checkbox"/> Mulheres <input checked="" type="checkbox"/> Mais velhos <input type="checkbox"/> Outros. Quais?	<input checked="" type="checkbox"/> Infância e juventude <input checked="" type="checkbox"/> Mulheres <input checked="" type="checkbox"/> Mais velhos <input type="checkbox"/> Outros. Quais?
ABRANGÊNCIA A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?	Todos. Os instrumentos de fomento visam a abrangência das ações em esfera federal, estadual e municipal.	Alcance federal, estadual e municipal.



RESULTADOS

Quais os resultados esperados com a proposta?

- 1. Preservação da memória, dos bens culturais e dos espaços sagrados;
 - 2. Tradições difundidas, oralidade preservada, referencial histórico e expressões culturais valorizados;
 - 3. Criação de um marco legal e de instrumentos jurídicos para a proteção e reconhecimento de direitos autorais e propriedade intelectual dos povos de terreiro, subsidiados pela criação dos fóruns.
- 1. Referências culturais dos povos de terreiro, compreendidas como modos de fazer, saberes, liturgias, expressões culturais, práticas alimentares e hierarquias estruturais inventariadas, registradas e salvaguardadas;
 - 2. Espaços sagrados e entorno das casas, bem como dos seus objetos e instrumentos fundantes tombados;
 - 3. Instrumentos para o reconhecimento dos mestres detentores do saber ancestral fomentados e implementados.

METAS

É possível quantificar os desdobramentos?

- Sim.
- Com projetos de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos de terreiro contemplados em editais e outros instrumentos de fomento, garantindo o acesso de todos os estados da Federação.
- No intercâmbio e exposição das experiências e projetos de preservação do patrimônio cultural dos povos de terreiro fomentados em fóruns.
- Nas ações de sustentabilidade para promoção, visibilidade e reconhecimento das lideranças e comunidades tradicionais de terreiro.
- Criação de indicadores que mensurem a eficácia e eficiência da política de cultura na preservação do patrimônio cultural dos povos de terreiro.
- Discussão, dentro dos terreiros, sobre a criação de instrumentos jurídicos de proteção de direitos autorais para povos de terreiro. Necessidade de implementação de listas, fóruns e instâncias de discussão para formular esse instrumento jurídico e cobrar do Estado.
- Fomentar a criação de marcos legais e instrumentos jurídicos de proteção e reconhecimento dos direitos autorais e propriedade intelectual dos povos de terreiro.
- Sim, através dos inventários, registros, salvaguardas e instrumentos de reconhecimento dos mestres do saber ancestral realizados.



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Quais as etapas necessárias para a realização da proposta?

- 1. Elaboração de um Programa Nacional de Cultura, que contemple a criação de editais, em âmbito nacional, que garanta a execução de instrumentos de inventários e salvaguarda, a curto, médio e longo prazo, voltados à preservação do patrimônio cultural de Povos de Terreiro em sua expressão material e imaterial, consideradas indissociáveis;
 - 2. Fomento a publicações de memórias dos terreiros, apoiadas na publicação de textos produzida pelas casas, focando os bens culturais de natureza imaterial;
 - 3. Necessidade de formulação de um Plano Nacional específico para povos tradicionais de terreiro, nos moldes do Plano Nacional de Cultura, abrangendo todos os eixos temáticos da Oficina (dos GTs), garantido pela criação de um Fundo Setorial para Povos de Terreiro;
 - 4. Implementação de um CADASTRO DAS INSTITUIÇÕES DE TERREIRO, nos moldes do cadastro de instituições museológicas produzido pelo IBRAM;
 - 5. Ampliação do acesso e difusão dos registros audiovisuais, sonoros e escritos, da história dos terreiros e seus líderes, disponibilizando-os ao grande público, nos espaços de museus de imagens e sons e arquivos públicos, garantindo a sua reprodução para todos os povos de terreiros;
 - 6. Fomento e financiamento à implantação de memoriais e acervos dentro dos próprios terreiros, cuja gestão, promoção e difusão dos bens culturais sejam de responsabilidade dos membros das casas.
- 1. Adequação da metodologia de inventário/ INRC do IPHAN às estruturas culturais dos povos de terreiro para a implementação de conceitos e práticas comuns, capazes de sistematizar a diversidade cultural;
 - 2. Realização de ações de salvaguarda emergencial, para os casos em que os saberes e práticas corram qualquer tipo de risco de desenvolvimento;
 - 3. Implantação de fóruns para discutir os critérios de registro e tombamento de bens culturais de natureza imaterial dos povos de terreiro;
 - 4. Interlocução do MinC com o MEC para o reconhecimento como doutor *honoris causa* dos mestres detentores do saber ancestral dos povos de terreiro, como instrumento de intercâmbio de saberes entre as instâncias acadêmicas e de terreiro;
 - 5. Elaboração e encaminhamento de projeto de lei para reconhecimento e remuneração dos mestres do saber ancestral dos povos de terreiro, que ofereceriam como contrapartida, atividades de transmissão de saberes.

PARCEIROS

Quais as parcerias necessárias para a execução desta proposta?

IBRAM, IPHAN, Fundação Cultural Palmares, universidades, organizações da sociedade civil.

Articulação dos poderes públicos com as organizações da sociedade civil.

INDICADORES

Quais os critérios para acompanhamento e avaliação da proposta?

Criação de uma metodologia de monitoramento e avaliação dos projetos, articulando os povos de terreiro e as instituições parceiras.

Reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial dos povos de terreiro, através da implementação de inventários nacionais, registros, tombamentos e salvaguarda.

COMPETÊNCIAS

A quem compete a execução da proposta?

(x) Prefeituras

(x) Prefeituras

(x) Governos Estaduais

(x) Governos Estaduais

(x) Governo Federal

(x) Governo Federal

GT 2 – EIXO TEMÁTICO - FOMENTO E SUSTENTABILIDADE

São muitos os desafios que já foram mencionados em debates constantes em todo território brasileiro. O reconhecimento da importância das comunidades de terreiro não pode ser limitado ao campo simbólico. É necessário socializar a dinâmica econômica que torna sustentável essas práticas culturais e religiosas. Espera-se, portanto, a coerência e a consciência do significado da política pública a ser elaborada com a legítima presença das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Questões

- Acesso aos recursos e políticas públicas;
- Acesso aos mecanismos de fomento: editais, seleções públicas e leis de incentivo;
- Autonomia e sustentabilidade das práticas religiosas e manifestações culturais.

<p>PROPOSTA</p> <p>Qual o nome para a proposta?</p>	<p>Garantir um percentual de 10% do recurso do FNC (a ser gerido pela SCDC) e de outros 10% de cada fundo existente nos ministérios e secretarias, de forma a valorizar e promover a cultura dos povos de terreiro (crianças, juventude e idosos), contemplando ações voltadas para a manutenção, reestruturação, produção de editais, programas e projetos. Sendo que a fiscalização e monitoramento do uso desses recursos devem ser realizados por entidades/representantes dos povos tradicionais de terreiro. Inserir essa reserva de recurso nas leis de incentivo fiscal existentes para os povos tradicionais.</p>
<p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Por que a proposta é importante?</p>	<p>Considerando os 500 anos de dívida histórica para com os povos de terreiro, a proposição justifica-se devido à ausência de uma política socioeconômica com viés cultural igualitária, tanto quanto de ações afirmativas para os povos de terreiro. Nesse sentido, as previsões orçamentárias e financeiras devem atender as demandas dos povos tradicionais de terreiro, além de proporcionar o protagonismo da proposta, conforme a Lei 6040/07 que já beneficia povos tradicionais, mas não contempla povos de terreiro.</p>
<p>OBJETIVOS</p> <p>Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?</p>	<p>1. Garantir os princípios e objetivos previstos na Lei 6040/07, indicados no artigo 3º, incisos de I a XVII;</p> <p>2. Assegurar a reserva de um percentual específico de recursos para povos tradicionais de terreiro em todos os fundos existentes e propostas que contemplem direcionamento de recursos.</p>
<p>PÚBLICO</p> <p>Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?</p>	<p>(x) Infância e juventude</p> <p>(x) Mulheres</p> <p>(x) Mais velhos</p> <p>(x) Outros. Quais? Homens, LGBTQT, pessoas com deficiência, comunidades de terreiros em territórios quilombolas.</p>
<p>ABRANGÊNCIA</p> <p>A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?</p>	<p>Abrange todas as esferas governamentais.</p>
<p>RESULTADOS</p> <p>Quais os resultados esperados com a proposta?</p>	<p>Assegurar a cidadania, sustentabilidade e continuidade dos povos tradicionais de terreiro e a efetivação de seus direitos humanos.</p>
<p>METAS</p> <p>É possível quantificar os desdobramentos?</p>	<p>Garantir a execução orçamentária e financeira dos recursos previstos no PPA e em outras fontes de recursos para o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais de terreiro.</p>
<p>ESTRATÉGIAS DE AÇÃO</p> <p>Quais as etapas necessárias para a realização da proposta?</p>	<p>Garantir aos povos tradicionais de terreiro os seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica.</p> <p>FUNDEB, Minha casa Minha vida, Pontos de Cultura, Economia solidária, Economia criativa, Lei Rouanet, fundos municipais, SUAS, SUS, SISAN, Brasil sem miséria, Fundos dos direitos da criança e do adolescente, idoso, mulher e outros; Fundos de cultura e meio ambiente; Direitos humanos, turismo, ciência e tecnologia; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>



PARCEIROS	
Quais as parcerias necessárias para a execução desta proposta?	SCDC; SEPPPIR, FCP, IPHAN e demais secretarias e ministérios; parcerias público-privadas; governos estaduais e municipais; fundações e entidades internacionais.
INDICADORES	
Quais os critérios para acompanhamento e avaliação da proposta?	1. Percentual de 10% do recurso do FNC (a ser gerido pela SCDC) e de outros 10% de cada fundo existente nos ministérios e secretarias assegurado; 2. Reestruturação, produção de editais, programas e projetos implementados; 3. Reserva de recurso nas leis de incentivo fiscal existentes para os povos tradicionais assegurada.
COMPETÊNCIAS	
A quem compete a execução da proposta?	(x) Prefeituras (x) Governos Estaduais (x) Governo Federal

GT-3 - EIXO TEMÁTICO DIREITOS CIVIS E CULTURAIS

Essa é uma dimensão que se fundamenta no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos das Comunidades Tradicionais e devem se constituir como alicerce de sustentação da cultura nacional. A cultura nos terreiros se faz pelo entrelaçamento ancestral de múltiplos símbolos, valores e crenças que devem ser respeitadas na interação com os mecanismos políticos legitimados pela sociedade e Estado brasileiros.

Questões

- Organização da sociedade civil dos terreiros;
- Organização dos terreiros para diálogo com o Estado e apresentação de suas demandas;
- Representação e representatividade dos terreiros nas instâncias de controle e participação social, a exemplo de conselhos e fóruns.

PROPOSTA 1

Fortalecimento institucional dos povos e comunidades tradicionais de terreiro

Qual o nome para a proposta?

JUSTIFICATIVA

Por que a proposta é importante?

Atualmente, é necessário se organizar conforme as regras e os formatos do Estado para que se possa ter acesso aos recursos e políticas públicas. Os povos de terreiros se veem diante do impasse de se formalizarem juridicamente como entidade religiosa, associação civil ou fundação - que tipo de pessoa jurídica devem assumir no sentido de também contemplar as ações sociais que as casas desenvolvem. Faz necessário então capacitar os terreiros para que eles entendam as linguagens e instrumentos do Estado. Por outro lado, se faz necessário que os terreiros que não tenham interesse em formalizar-se também tenham seus direitos sociais garantidos.

OBJETIVOS

Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?

Qualificar a relação dos povos de terreiro com o Estado, criando condições para que as casas tenham acesso às políticas públicas.

PÚBLICO

Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?

- (x) Infância e juventude
- (x) Mulheres
- (x) Mais velhos
- (x) Outros. Quais? Lideranças e comunidades adjacentes

ABRANGÊNCIA

A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?

Nacional

RESULTADOS

Quais os resultados esperados com a proposta?

- Garantia de acesso efetivo às políticas públicas dos povos tradicionais de terreiro;
- Melhoria na qualidade da relação institucional entre o Estado e os povos tradicionais de terreiro.

METAS

É possível quantificar os desdobramentos?

- Ter um maior número possível de terreiros devidamente identificados, regularizados e reconhecidos;
- Tirar do anonimato e reconhecer a cultura afro-brasileira cultivada nas casas de terreiro.



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de mapeamentos e identificação dos terreiros existentes; - Realização de levantamento dos terreiros interessados em obter CNPJ; - Capacitação jurídica dos terreiros para sua formalização e regularização; - Realização jornadas de organização civil, cursos de prestação de contas, cursos de elaboração e gestão de projetos etc.; - Criação de mecanismos e instrumentos legais com vistas a facilitar o reconhecimento institucional dos terreiros, contemplando toda sua diversidade; - Criação de dispositivos legais que facilitem o acesso dos terreiros às políticas culturais e aos editais de apoio e fomento; - Criação de instrumentos que facilitem a obtenção de número de cadastro de pessoa jurídica-CNPJ.
PARCEIROS	Governos municipais, estaduais e federal: SEPIIR, IBGE, Ministério Público, Ministério da Justiça (SDDH e outros), Ministério da Cultura (Iphan e Fundação Cultural Palmares), Empresas Estatais, Ministério da Fazenda, instituições de ensino superior, sociedade civil organizada (ONGs, OSCIPs, Fundações etc.), Sistema S.
Quais as etapas necessárias para a realização da proposta?	
INDICADORES	Número de terreiros com CNPJ;
Quais os critérios para acompanhamento e avaliação da proposta?	Número de terreiros com CNPJ em situação regular; Número de casas que receberam ações de qualificação; Número de oficinas e cursos de qualificação realizados por área; Número de participantes dos cursos, oficinas de capacitação.
COMPETÊNCIAS	(x) Prefeituras
A quem compete a execução da proposta?	(x) Governos Estaduais (x) Governo Federal
PROPOSTA 2	Garantir a efetivação e o cumprimento da legislação vigente com vistas a ampliar a representação dos povos tradicionais de matriz africana nos conselhos de direito e demais espaços de controle e participação social municipais, estaduais e federais.
Qual o nome para a proposta?	
JUSTIFICATIVA	Os conselhos de direito são, atualmente, importantes espaços de formulação e controle de políticas públicas nas diferentes esferas governamentais. Nesse sentido, faz-se necessária a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana neste espaços como forma de fomentar políticas públicas voltadas para esse segmento social, bem como adequar as políticas já existentes visando atender suas especificidades e interesses.
Por que a proposta é importante?	
OBJETIVOS	Garantir e promover a efetivação da igualdade de direitos.
Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?	
PÚBLICO	(x) Infância e juventude
Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?	(x) Mulheres (x) Mais velhos (x) Outros. Quais? Lideranças e comunidades adjacentes
ABRANGÊNCIA	Nacional
A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?	
RESULTADOS	Ampliação da representatividade dos povos tradicionais das matrizes africanas nos conselhos de direitos e demais espaço de controle e participação social.
Quais os resultados esperados com a proposta?	

METAS	Ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana nos conselhos e demais espaços de controle e participação social.
É possível quantificar os desdobramentos?	
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	(Sugira os mecanismos públicos para fomento da proposta)
Quais as etapas necessárias para a realização da proposta?	- Promover fóruns e espaços permanentes de debate sobre políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana; - Incluir iniciativas, metas e ações específicas para os povos tradicionais de matriz africana nos PPAs.
PARCEIROS	Governos municipais, estaduais e federal: SEPIR, IBGE, Ministério Público, Ministério da Justiça (SDDH e outros), Ministério da Cultura (Iphan e Fundação Cultural Palmares), Empresas Estatais, Ministério da Fazenda, instituições de ensino superior, sociedade civil organizada (ONGs, OSCIPs, Fundações etc.), Sistema S.
Quais as parcerias necessárias para a execução desta proposta?	
INDICADORES	Número de representantes de povos de comunidades de matriz africana nos conselhos de direito municipais, estaduais e federais.
Quais os critérios para acompanhamento e avaliação da proposta?	Número de representantes de povos de comunidades de matriz africana nos fóruns, conferências e demais instâncias de participação e controle social.
COMPETÊNCIAS	(x) Prefeituras
A quem compete a execução da proposta?	(x) Governos Estaduais
	(x) Governo Federal



PROPOSTA 3

Qual o nome para a proposta?

- Criar instrumentos que incluam os povos de terreiros nas políticas públicas e sociais;
- Garantir que os terreiros estejam sempre representados, tenham assento em todos os conselhos municipais, estaduais e federais atuantes (que o Estado se relacione com os órgãos representativos e não com as casas, no sentido de dar mais poder e funcionalidade às federações estaduais, buscando apoio junto ao Ministério Público, da Cultura e Planejamento);
- Facilitar o diálogo;
- Criar conselhos específicos;
- Garantir mais equipamentos e
- Mapear todos os terreiros existentes, identificando quais casas já foram registradas, institucionalizadas e/ou legalizadas, e quais não foram;
- Criar instrumentos para facilitar essa legalização a partir desse mapeamento;
- Atualizar permanentemente o mapeamento.

JUSTIFICATIVA

Por que a proposta é importante?

- O estado dialoga com a sociedade civil por meio de leis.
- Necessidade de aparecer na mídia, nas leis para termos de legalidade etc.
- O modelo eurocêntrico não nos serve.
- O que queremos ao discutir a lei 10639.
- Respeitar nossa lógica.

OBJETIVOS

Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?

- PÚBLICO**
- () Infância e juventude
 - () Mulheres
 - () Mais velhos
 - () Outros. Quais?
- Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?

Obs: O GT apresentou a proposta 3 incompleta.

GT 4 – EIXO TEMÁTICO – CULTURA E COMUNICAÇÃO

A re-existência dos princípios trazidos do continente africano revigora e mantém a continuidade da família ancestral na sua diversidade e tem se firmado, criando redes e significados que variam em diferentes contextos históricos e geográficos do país.

Na contemporaneidade, as Comunidades Tradicionais de Terreiro devem ter acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para ampliar o alcance das conexões históricas de cuidado e solidariedade. Assim, saberes e práticas rituais podem alcançar distantes espaços geográficos e outras gerações.

Questões

- Uso de tecnologias como instrumento de circulação e disseminação das culturas tradicionais;
- Capacitação e acesso ao conhecimento e ao uso das tecnologias para registro e divulgação;
- Difusão e valorização de conteúdo plural nos meios de comunicação, com respeito à diversidade religiosa e aos saberes ancestrais.

PROPOSTA

Qual o nome para a proposta?

Criação de editais que contemplem produção de conteúdo pelos povos de comunidades tradicionais de terreiro. Destacando que, concomitantemente à publicação dos editais, é fundamental que o MinC, em parceria com outros órgãos, possibilite o mapeamento geral das comunidades de terreiro espalhadas por todo o país. A partir dessa quantificação real, podemos assegurar que esses editais serão compartilhados e socializados pela diversidade que forma os povos de comunidades tradicionais de terreiro.

Indicar ao MinC e a outros órgãos do governo que adotem cotas de 10% em todas as suas ações e editais, para atender os povos de comunidades tradicionais de terreiro. Inclusive, assegurar 10% no Fundo Nacional de Cultura e proporcionalidade nos fundos de âmbito estadual e municipal.

JUSTIFICATIVA

Por que a proposta é importante?

Foi identificada a ausência de produções que contemplem os povos de comunidades tradicionais de terreiro nas mais diversas expressões midiáticas e culturais. Ou ainda, quando acontece, é de forma estereotipada, reforçando aspectos negativos. Dessa forma, é fundamental que os povos de comunidades tradicionais de terreiro expressem os seus saberes e suas ações nos mesmos espaços em que comumente são degradados. Em especial, nas regiões que são identificadas como de difícil acesso, destaque para o Norte, Centro Oeste e Nordeste do país, que de acordo com o próprio MinC são os menos contemplados na fomentação de políticas públicas. Portanto, é importante a articulação do MinC junto ao Minicom para entrega de antenas de GESAC para as comunidades de terreiro, possibilitando que os conteúdos, quando produzidos, possam ser socializados.

OBJETIVOS

Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?

Produção de conteúdos que reafirmem a auto-estima dos seus adeptos, promoção da igualdade, combate às mais diversas formas de discriminação e reforço positivo da diversidade que permeia a formação do povo brasileiro.

Fortalecimento das ações dos mestres de saberes, destacando as lideranças dos povos de comunidades tradicionais de terreiro, assegurando que esses saberes possam adentrar os mais diversos espaços de formação educacional e cultural, em especial as universidades.

PÚBLICO

Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?

Infância e juventude

Mulheres

Mais velhos

Outros. Quais? Toda a sociedade precisa e deve ter conhecimento a respeito da diversidade cultural e religiosa do nosso país. A Constituição assegura os mesmos direitos para todos os cidadãos brasileiros, sendo assim, é importante que todos e todas tenham as mesmas condições de acesso.

ABRANGÊNCIA

A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?

Nacional, mas queremos que os órgãos competentes nas esferas estadual e municipal possam também publicar editais com as mesmas características.

RESULTADOS

Quais os resultados esperados com a proposta?

Protagonismo dos povos de comunidades tradicionais de terreiro nas produções de conteúdos culturais. Além disso, uma participação democrática, na qual todas as manifestações culturais tenham espaço para se expressarem.

<p>METAS</p> <p>É possível quantificar os desdobramentos?</p>	<p>Não é possível quantificar essas propostas. Mas, uma ação de abrangência nacional terá possibilidade de atingir os mais diversos povos que permeiam as 27 unidades federativas. Os editais devem surgir com campanhas a favor da autodenominação (afirmação) dos integrantes das comunidades de terreiro.</p>
<p>ESTRATÉGIAS DE AÇÃO</p> <p>Quais as etapas necessárias para a realização da proposta?</p>	<p>Capacitação das comunidades de povos tradicionais de terreiro para a participação nos editais e, ainda, para a própria elaboração dos conteúdos culturais, educacionais e midiáticos.</p> <p>Elaboração, publicação e lançamento de editais direcionados nas linguagens: audiovisual, artes cênicas, música, artes visuais, fotografia, doc, mini doc, literatura, cultural popular, humanidades, produções acadêmicas, artesanato, memória oral, cultura digital, arte digital, mídias sociais, mídias livres, culinária, griôs, indumentária, moda, estética.</p>
<p>PARCEIROS</p> <p>Quais as parcerias necessárias para a execução desta proposta?</p>	<p>Ministério da Cultura, órgãos de âmbito federal, estadual e municipal relacionados a Cultura, prefeituras, universidades, empresas privadas e públicas que tenham responsabilidade social e que compreendam a importância de preservar e fomentar a diversidade da formação cultural brasileira.</p>
<p>INDICADORES</p> <p>Quais os critérios para acompanhamento e avaliação da proposta?</p>	<p>Os critérios serão avaliados a partir da quantidade de editais publicados. Além disso, é fundamental a participação no Colegiado Setorial de Culturas Afro-Brasileiras de integrantes das mais diversas expressões dos povos de comunidades tradicionais de terreiro.</p>
<p>COMPETÊNCIAS</p> <p>A quem compete a execução da proposta?</p>	<p>(x) Prefeitura</p> <p>(x) Governos Estaduais</p> <p>(x) Governo Federal</p>



GT de Cultura e Comunicação, São Luís - MA.

GT 5 – EIXO TEMÁTICO – CULTURA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

O terreiro, como espaço sagrado e de convivência, nasce como uma das possibilidades de reterritorializar culturas, refazendo a matriz cultural deixada no outro lado do Atlântico. Para as comunidades tradicionais, a casa, as pessoas, as folhas, as fontes e os animais formam uma só energia, com interações e cuidados semelhantes e imprescindíveis. Portanto, para esta religião de matriz africana, zelar pela natureza é fundamental para a preservação da saúde e da vida no planeta.

Questões

- Preservação e acesso aos recursos naturais para a manutenção das tradições nas suas práticas de cura e cuidados com a pessoa;
- Reconhecimento da visão de mundo dos povos tradicionais de terreiro e sua relação com a saúde e o culto aos elementos da natureza;
- Conhecimentos tradicionais como elemento cultural nas práticas de saúde dos povos tradicionais de terreiro.

PROPOSTA	Política Nacional de Acesso permanente a áreas ambientais, preservadas ou não, para práticas de saberes tradicionais dos povos de terreiro.
JUSTIFICATIVA Por que a proposta é importante?	Reconhecer que há o racismo ambiental e institucional; Gera desigualdade, exclusão e intolerância religiosa; pertencimento e identidade cultural; preservação da memória ancestral e do meio ambiente; e difusão dos conhecimentos tradicionais dos povos de terreiros; Decreto 6.040/2007 como marco legal; Estratégia de ação: Decreto 6.040/2007 seja transformado em lei.
OBJETIVOS Quais os impactos e desdobramentos com a execução da proposta?	Objetivo Geral: Garantir acesso permanente a áreas ambientais, preservadas ou não, para práticas de saberes tradicionais dos povos de terreiro Objetivos Específicos: - Acesso e proteção dos espaços sagrados como patrimônio natural; - Preservação e acesso aos recursos naturais para manutenção das tradições; - Reconhecimento da visão de mundo dos povos tradicionais de terreiro e sua relação com o culto aos elementos da natureza; - Conhecimentos tradicionais como elemento cultural nas práticas de saúde dos povos tradicionais de terreiro; - Propor regras e normas para acessar área protegidas; - Garantir acesso e a manutenção das áreas e locais de culto; - Propor campanha nacional de visibilidade de educação ambiental com especificidades locais. Oficinas de formação continuadas territorializadas, de cultura, saúde e meio ambiente; - Necessidade de preservação ambiental; - Sugerir um percentual para Pontos de Cultura destinado a comunidades de terreiros.
PÚBLICO Dentro da comunidade de terreiro, qual o recorte de público específico ao qual a proposta se destina?	Povos Tradicionais de Terreiro
ABRANGÊNCIA A execução da proposta tem alcance municipal, estadual ou nacional?	(x) Prefeitura (x) Governos Estaduais (x) Governo Federal
RESULTADOS Quais os resultados esperados com a proposta?	Extinção da discriminação e preconceito religioso e cultural. Manejo de áreas impactadas por práticas religiosas. Difusão da cosmovisão de povos de terreiro. Fomento ao desenvolvimento e sustentabilidade cultural de povos de terreiro. Intersetorialidade entre as políticas públicas nas três esferas.

Obs: o grupo apresentou a proposta incompleta.





Conferência livre da Juventude de Terreiro - Resultados

Propostas da Conferência Livre de Juventude de Terreiro

São Luis - MA

Aos 27 e 28 de novembro de 2011, na cidade de São Luiz- MA, no auditório da SEEIG, foi realizada a Conferência Livre de Juventude de Terreiro, contando com a presença de jovens de terreiro, onde foi apresentado o panorama da juventude brasileira e das políticas públicas de juventude.

As discussões sobre os eixos e a estruturação das propostas foram realizadas no dia 28 de novembro no prédio da Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial do Maranhão.

Propostas para II Conferência Nacional de Juventude:

- Garantir mapeamento, incentivo para pesquisas e análises que reflitam sobre juventude e religião, em especial os jovens de terreiro e suas especificidades.
- Garantir dentro do Ministério da Saúde ações direcionadas para a juventude, em especial nos dados desagregados por raça/cor, a fim de imprimir maior rigidez e controle dos homicídios que acometem a juventude negra, bem como combate e controle das doenças étnico-etárias.
- Fomento a Políticas Públicas para Juventude, em especial as que buscam redução de danos, ampliando as ações como Observatórios, Pontos de Cultura e Projovem, entre outras políticas com olhar para a Juventude de Terreiro.
- Garantia de fomentos para veiculação da cultura afrobrasileira, em especial as que focam a realidade dos jovens de terreiro, bem como incentivo para formação na área de comunicação.
- Garantir fomentos para compreensão dos saberes tradicionais, como bibliotecas e viodeotecas étnicas, produção audiovisual, pontos de inclusão digital, para fortalecimento da identidade da juventude de terreiro.
- Garantir o direito de ser jovem de terreiro. É preciso que o Estado laico garanta os direitos das especificidades dos jovens de terreiro, atentando para as especificidades de seu tempo (toque, recolhimento, obrigações) e sexualidade.
- Garantir que os saberes e valores tradicionais, como a medicina fitoterápica desenvolvidas nos terreiros sejam reconhecidos e respeitados como medicina alternativa.



- Garantia de que a veiculação das experiências, saberes e valores tradicionais dos terreiros seja parte das ações desenvolvidas pela lei 10639/2003, promovendo nos espaços escolares ações de cunho ecumênico.

Este relatório seguirá para a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, e Ministério da Cultura, afim de que se tornem cientes de nossas solicitações e reivindicações no processo de construção e participação dos conselhos e conferências referentes às Políticas para a Juventude.

Juventudes de Terreiro Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde



Cortejo de abertura da Oficina, Grupo Afro Deusas do Olorum, São Luís - MA.

Carta dos Povos Tradicionais de Terreiro entregue à Ministra

São Luis - MA, 30 de novembro de 2011

Nós, afro-brasileiros que chegamos a este país, há mais de 500 anos, nus e na condição de escravizados que resistimos com nossa cosmovisão, nos pronunciamos como sendo guardiões da cultura afro, no Brasil, e embaçados na nossa ancestralidade falamos à Senhora Ministra da Cultura, Ana de Hollanda que a negação da cultura ao nosso povo provocou a nossa coisificação e exterminação.

Cabe agora, ao Estado Brasileiro, reparar esse crime hediondo. Frente a essa temeridade e tendo a certeza de que sempre a esperança vence o medo, que hoje se expressa na violência contra a juventude negra e em nossas próprias casas de Axé, os povos tradicionais de terreiro do Brasil consagram a missão de dar concretude às propostas aqui tiradas, ainda no ano de 2012: a conversão dessa comissão da sociedade civil em permanente, como também na execução do Plano Nacional de Cultura, que nos diz respeito, na execução do Plano Nacional de Enfrentamento da Mortalidade, da Adolescência e Juventude Negra, a efetivação do Plano Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Isso porque, nosso povo tradicional de terreiro, que tem berço no matriarcado, encaminha esses pedidos às mãos de duas matriarcas que respeitam o Estado Laico: nossa Ministra Ana de Hollanda e nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Registramos ainda nossos parabéns ao Ministério da Cultura, Secretaria da Cidadania Cultural, Fundação Cultural Palmares, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, todos de fundamental importância, para que esse momento acontecesse, ainda que depois de mais de 500 anos.

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Mãe Beth de Oxum – sociedade civil – PE

Pai Alexandre de Oxalá – sociedade civil – DF

Márcia Dória Pereira – Mãe Márcia de Oxum – sociedade civil – RJ

Nilcilene Barroso – Awra de Oxum – sociedade civil – AC

Alessandra Regina Gama – sociedade civil – SP

Eliana Sousa – sociedade civil – BA

Aderbal Moreira – sociedade civil – RJ

Pai Antônio Ferreira – sociedade civil – PA

Vilma Santos – Iyá Mukumby – sociedade civil – RS



Maria Lúcia Góes Brito – sociedade civil – BA
Oneide Monteiro Rodrigues – MametoNangetu – sociedade civil – PA
Valmir Ferreira Martins – Baba Diba de Iyemonja – sociedade civil – PA
Lúcia Maria Crispiniano da Silva – Mãe Lúcia de Oyá – sociedade civil – PA
Maria Venina Carneiro Barbosa – Mãe Venina – sociedade civil – MA
Maristela Tomás dos Santos – sociedade civil – SE
Paulo César Pereira – Pai Paulo – sociedade civil – SP
Luiz Carlos Menezes Dantas – Pai Lula – sociedade civil – BA
Luzimar Brandão – sociedade civil – MA
Paulo César Mendes – sociedade civil – MA

46



Solenidade de abertura da Oficina, São Luís - MA.

Fala de Ruy Póvoas, babalorixá Ajalá Deré, ao entregar à Senhora Ministra da Cultura as propostas formuladas pelos participantes da Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas para os Povos Tradicionais de Terreiro

Senhora Ministra:

Os meus pés estão descalços não em sinal de servidão, mas porque preciso deixar as marcas dos meus pés no chão conquistado pelo meu povo. Neste auditório está parte da diversidade brasileira, que sempre esteve escondida embaixo do tapete a que as elites dominantes deste país nos condenaram durante séculos. Em cima de nossas costas os privilegiados construíram sua riqueza. Agora, saímos da sombra para afirmar que queremos participar do bolo da riqueza da nação, pois somos legitimamente brasileiros.

Senhora Ministra, foi preciso que o Universo colocasse no Trono da República uma mulher, e colocasse no Ministério da Cultura outra mulher, e que essas mulheres escolhessem como secretárias outras mulheres, para que houvesse o primado do Feminino e este encontro acontecesse. Por isso, elevo minha voz num cântico da nação Ijexá, que louva a Grande Mãe:

*Wá egbé oloxum
Iluaiyê ijexá
Oluwô, oluwô Abalu
Moforibale Iyabá.*

Eu me curvo ao poder da Grande Mãe e à força das mulheres. E diante desta força, nós, representantes desta comunidade aqui presente, encaminhamos à Senhora Ministra as nossas propostas



neste documento do qual somos portadores. O povo de terreiro afirma: “Quem sabe de mim sou eu, a minha história quem sabe contar sou eu.” E em tal documento expomos nossas reivindicações aos poderes constituídos para efetivação de políticas públicas para Povos Tradicionais de Terreiro, pois queremos que a nação nos reconheça como parte legitimamente integrante do povo brasileiro, com os mesmos direitos que os demais segmentos de nossa diversidade cultural.



Solenidade de abertura, fala do babalorixá Ruy Póvoas, São Luís - MA.

AXÉ!

Fomos convidados para uma festa no centro histórico de São Luiz do Maranhão. A festa da partilha de experiências, a festa do escutar com todos os sentidos possíveis, a festa da superação de diferenças que pudesse abrir campo para a proposição de subsídios à construção de políticas culturais para os Povos Tradicionais de Terreiro.

Em nome de uma causa comum, entramos na dança das negociações. Passos dados à frente, passos dados atrás, e travamos diálogos algumas vezes bastante profícuos, outras vezes tensos e inquietantes, que fizeram parte dessa construção cidadã de um segmento tão espoliado, discriminado e desconsiderado como sujeito de políticas públicas ao longo de tantos anos.

Voltamos pra casa, para o território vivo dos nossos terreiros, sabendo que havíamos engendrado a construção do que os nossos passos, nossas cabeças e a nossa experiência coletiva alcançaram, mas com a certeza de que estávamos dialogando com gestores/as comprometidos/as e que havíamos estabelecido um espaço efetivo de diálogo permanente na construção de políticas de Estado balizadas pela participação popular.

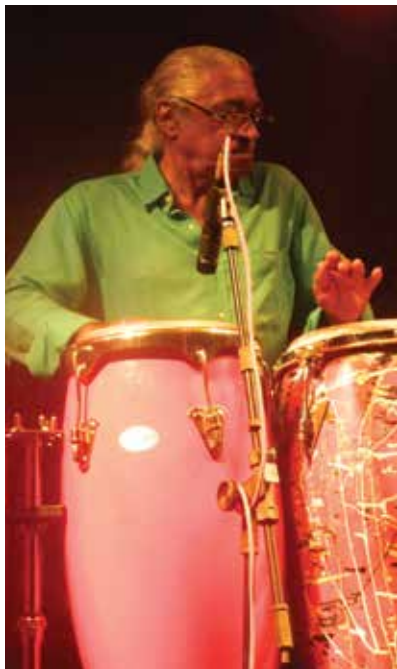
Que os bons ventos de Oya propiciem as mudanças necessárias e tragam continuidade a essa construção. Asè!



Verônica Gomes

Ajoye de Ogun do Ile Ase Opo Osogunlade – São Cristóvão/Sergipe

Galeria de Imagens



Djalma Corrêa, músico percursionista.



Apresentação do grupo Caixeiros do Divino durante a solenidade de abertura da Oficina, São Luís - MA.

50



Cortejo dos Povos de Terreiro nas ruas de São Luís - MA.



Gbemisola Akinruli, jovem Yorubá da Nigéria.



Plenária da Oficina, São Luís - MA.



Parada do Cortejo na Casa de Nagô, São Luís - MA.



Tia Deni Vodunsi, da Casa das Minas, São Luís - MA

GRÁFICA BRASIL

Tiragem: 2.000 exemplares – 2012

Contrato n.º 062/2009

OS n.º 073

Formato: 21x28cm

Capa: Duo Design 300g/m²

Papel: Couché fosco 115g/m²

52 páginas

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
MINISTÉRIO DA CULTURA